

REFLEXÕES SOBRE A TENDÊNCIA DE MIGRAÇÃO DAS MATRÍCULAS PRESENCIAIS DE ENSINO SUPERIOR PARA A MODALIDADE EAD: Quais

rebatimentos para a formação em Serviço Social?

Sandhro Luiz de Almeida Abrahão¹

RESUMO

A partir dos anos 2000, o processo de finaceirização adentra fortemente no ensino superior brasileiro. Cada vez mais capitais nacionais e internacionais utilizam-se do setor para valorizar os seus capitais. A dinâmica de aquisição e fusão das instituições de ensino superior (IES) concentram as matrículas em conglomerados educacionais sob influência e controle de fundos de investimentos, fundos de pensão, investidores, acionistas e especuladores profissionais. Esses exigem altos níveis de lucros e pagamentos dos derivativos. Nesse sentido, o Ensino a Distância (EaD) se mostra como uma estratégia do setor privado mercantil para maximizar os lucros em detrimento dos custos. Tal lógica tem graves efeitos para a formação em Serviço Social.

Palavras-chave: Ensino Superior. Financeirização. Serviço Social.

ABSTRACT

From the 2000s onwards, the financialization process enters strongly into Brazilian higher education. More and more national and international capitals are using the sector to enhance their capital. The dynamics of acquisition and merger of higher education institutions (IES) concentrate enrollments in educational conglomerates under the influence and control of investment funds, pension funds, investors, shareholders and professional speculators. These require high levels of profits and payments from derivatives. In this sense, Distance Learning (EaD) is shown as a strategy of the commercial private sector to maximize profits at the expense of costs. Such logic has serious effects for training in Social Work.

Keywords: Higher Education. Financialization. Social Work.

¹ Assistente Social e mestrando no Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Pesquisador do TEIA – Núcleo de Pesquisa e Extensão sobre Trabalho, Educação e Serviço Social (PPGSSDR/UFF). Plataforma Lattes: http://lattes.cnpq.br/6210816249251250. Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4711-7639. Email: sandhro123@hotmail.com.

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

1 INTRODUÇÃO

Em contexto de pandemia do novo coronavírus (COVID-19), as Instituições de Ensino Superior (IES) privadas com fins lucrativos investem ainda mais na modalidade Ensino a Distância (EaD) como estratégia de maximização dos lucros em detrimento do barateamento dos custos.²

Para a compreensão de tal processo, que se configura como uma trama complexa, requer-se previamente uma aproximação com o processo de financeirização desencadeado a partir da década de 1970. Essa última se espraia por todos os setores da vida social, inclusive o ensino superior que, nos anos 2000, configura-se como um nicho importante de exploração do capital financeiro.³

A partir da década de 1970, de acordo com Chesnais (2018), a classe trabalhadora sofre profundas derrotas com a ascensão dos governos Thatcher (1979-1990), na Inglaterra e Reagan (1981-1989), nos Estados Unidos. As ações de ambos os governos atuam a favor da liberalização dos mercados e da mundialização do capital. O objetivo é valorizar a acumulação financeira concentrada e centralizada em grandes corporações transnacionais, em meio ao contexto da Guerra Fria e do declínio da burocracia soviética.

Segundo Harvey (2008), tal contexto está amparado nas crises do fordismo e das políticas dos governos da socialdemocracia. Ao analisar o neoliberalismo, Harvey informa que o mesmo defende que as "[...] intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo" (HARVEY, 2008, p. 12).

Diante da dificuldade de valorização do capital,⁴ o pensamento neoliberal se expande e se internaliza nos meios de comunicações, nas instituições financeiras, em

⁴ A Lei Geral da Acumulação Capitalista explica a dinâmica da composição orgânica do capital e as suas modificações durante o processo da acumulação capitalista. Essa composição é pensada em dois sentidos: valor e matéria. Em sentido de valor, pode-se definir como composição do capital a proporção















² Sobre a discussão do EaD como estratégia de expansão do ensino superior no Brasil, cf. o livro organizado por Vale e Pereira (2019).

³ Sobre a reconfiguração do Estado e do Ensino Superior Brasileiro sob hegemonia do capital financeiro, cf. o livro organizado por Sguissardi e Silva Jr (2020).



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

especial, no Banco Mundial e no Fundo Monetário Internacional (FMI). Aprofunda-se um processo de desregulamentação da economia, da privatização e do reordenamento do Estado com os gastos sociais (HARVEY, 2008).

Esse cenário é favorável às grandes corporações, que podem remanejar os seus capitais sem constrangimento em escala global, sendo a financeirização a consequência e não a causa dos limites na valorização do capital (CHESNAIS, 2018).

Segundo Chesnais (2018), a dívida pública dos países, os fundos de pensão e as rendas da propriedade e do capital não consumido pelas frações burguesas se transformam, aparentemente, em um mecanismo de dinheiro que gera mais dinheiro (D-D').

Entretanto, a ideia de autonomia do capital portador de juros em relação à economia real⁵ é apenas aparente. O capital financeiro depende da produção de maisvalia, caso contrário, trata-se de capital fictício. Em outras palavras, a "mágica" D-D' só ocorre quando a economia real alcança a produção de mais-valia desejada pelos acionistas e especuladores (CHESNAIS, 2018).

Por isso, os acionistas pressionam as empresas para obterem maiores lucros e pagamentos de dividendos, o que pressiona para o rebaixamento dos custos na esfera produtiva. O mecanismo de securitização pelas empresas e governos tem

⁵ Pois, é na economia real que se produz mais-valia, de acordo com Marx (2003) "A força de trabalho é comprada, aqui, não para satisfazer, mediante seu serviço ou produto, às necessidades pessoais do comprador. O objetivo perseguido por este último é a valorização de seu capital, a produção de mercadorias que contenham mais trabalho do que o que ele paga, ou seja, que contenham uma parcela de valor que nada custa ao comprador e que, ainda assim, realiza-se mediante a venda de mercadorias. A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção" (MARX, 2003, p. 453).















entre o valor dos meios de produção e a soma global dos salários. Já pelo sentido da matéria, circunscreve-se como composição técnica do capital a proporção entre a massa dos meios de produção e da força viva de trabalho necessários. A composição técnica do capital determina a composição de valor. Em essência, o sistema capitalista é expansivo e encarniçado. Assim, o capitalista precisa investir no desenvolvimento de tecnologias que reduzam o tempo socialmente necessário para produção de mercadorias. Porém, apenas a força de trabalho gera extração de mais valia (MARX, 2013).



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

gerado um aprofundamento da precarização do trabalho e do papel do Estado, especialmente, entre os países da periferia do capital (CHESNAIS, 2018).

Em 1989, sob os efeitos da crise da dívida na América Latina, o Consenso de Washington cria uma cartilha de propostas aos países capitalistas dependentes.⁶ Essa cartilha é formulada por economistas do Banco Mundial, FMI, entre outros, cujo objetivo é o ajuste macroeconômico desses países, tendo impactos no ensino superior, conforme analisam Silva e Sguissardi (2001).

O gerencialismo⁷ de Estado do governo FHC avança nas contrarreformas fiscais e nas privatizações,⁸ acatando as condicionalidades do Banco Mundial e do FMI, tendo rebatimentos no ensino superior. A justificativa é o "anacronismo" e o "encarecimento das universidades" aos cofres públicos.

As principais alternativas disponíveis para melhorar o ensino superior incluem a introdução de currículos mais flexíveis e menos especializados, a promoção de cursos e programas mais curtos, a transformação do quadro regulamentar num sistema menos rígido e a aplicação de métodos de financiamento que estimulem as instituições a responder às demandas

⁸ O PDRAE de 1995 liderado pelo então ministro Bresser Pereira no governo FHC (1995-2002). Tratase de um documento que objetivava implementar o gerencialismo de Estado em um contexto de crise fiscal no país. Essa reforma possibilitaria a execução dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica por organizações sociais, por meio de subsídios do Estado a partir de contratos de gestão. "[...] mediante a flexibilização da estabilidade e da permissão de regimes jurídicos diferenciados, o que se busca é viabilizar a implementação de uma administração pública de caráter gerencial" (MARE, 1995, p. 7). De acordo com Tavares (2019, p. 106): "Inserido em um cenário de grave crise fiscal, o Estado era apontado como burocrático e, à luz das teses da flexibilização, deveria ser modernizado sob o discurso das frações dominantes que apresentam a crise do capital como se fosse uma crise do Estado".















⁶ Segundo Fernandes (2008), o capitalismo dependente é uma especificidade do capitalismo na sua fase monopólica de hegemonia do capital financeiro. As relações entre as burguesias dos países de capitalismo dependente e as burguesias de países de capitalismo hegemônico se retroalimentam privilegiando a si mesmas em detrimento da sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas na periferia do mundo como, por exemplo, o Brasil.

O gerencialismo é pautado em um conjunto de procedimentos que flexibiliza e desregulamenta a administração pública em prol do alcance de metas estipuladas pelos governantes, baseando-se em dados mais precisos que demonstre a eficácia e a efetividade dos resultados obtidos. Ampara-se na dinâmica da Lei do Mercado, internalizando critérios tecnocráticos (SOUZA, 2019). "[...] o gerencialismo, em termos gerais, como uma proposta que não se refere a um modelo pós-burocrático, pois nem supera nem suprime a burocracia - pelo contrário: indica a manutenção da burocracia através de um processo que combina burocracia monocrática (Weber, 1999), para os centros de decisão, com flexibilização burocrática, via descentralização, para a periferia da ordem administrativa, possibilitando a incorporação de traços patrimonialistas na gestão pública" (SOUZA FILHO, 2009, p.1).



Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

de qualidade e diversidade do mercado (WORLD BANK, 2003, p. 129, tradução nossa).

Os países de capitalismo dependente como o Brasil são orientados pelo Banco Mundial a seguirem essa configuração de ensino como moeda de troca para novos empréstimos. Os organismos internacionais estão, por sua vez, estreitamente articulados aos interesses do mercado financeiro (SEKI, 2020).

Com efeito, segundo Sguissardi (2015), constrói-se um arcabouço jurídico-legal que possibilita a mercantilização do ensino superior como: o art. 209 da Constituição Federal de 1988 e o art. 7° da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) pela Lei N. 9.394/96, ambos reforçando o ensino enquanto livre à iniciativa privada. Os Decretos 2.207 e 3.206 de 1997, de fato, legalizam as IES privadas com fins lucrativos. Ademais, o art. 80 da LDBN destaca o incentivo ao EaD em todos os níveis e modalidades de ensino e educação continuada.

Nos anos 2000, tal arcabouço jurídico-legal possibilita que o ensino superior se torne uma nova plataforma de valorização pelos agentes financeiros, especialmente, via Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI), conforme estudos de Vale (2011) e Sguissardi (2015).

Como salienta Pereira, Telles e Lopes (2021) há concentração de capital no setor e, cada vez mais intensifica-se a robotização do trabalho docente e o uso do EaD, processo agudizado com o contexto de pandemia:

Soma-se, ainda, a forte presença dos conglomerados empresariais que apostam no ensino superior como mais um nicho de lucratividade e, portanto, vêm investindo fortemente na robotização e no ensino a distância (EaD) como meios de "otimizar" os custos relativos a investimentos e, claro, maximizar a lucratividade (LOPES; PEREIRA; TELLES, 2021, p. 205).

Diante desse cenário, busca-se analisar como a lógica da financeirização encontra no ensino superior formas de valorização do capital. Observa-se um processo de massificação e concentração das matrículas diante da dinâmica de aquisição e fusão das IES. A consequência é o controle das matrículas por







APOIO











Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

conglomerados mercantis, utilizando-se fortemente do EaD como estratégia para reduzir os custos e maximizar os lucros.

2 MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR E NOS CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL

2.1 Análise por natureza jurídica e modalidade de ensino nos períodos entre os governos, de Cardoso a Bolsonaro

De antemão, para a presente análise, utilizar-se-á de documentos primários como as Sinopses Estatísticas da Educação Superior, disponibilizadas no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC). Ambos vinculados ao Ministério da Educação (MEC).

Em um primeiro momento, por meio das sinopses, o objetivo é apresentar e comparar o ranking de matrículas por cursos presenciais e EaD no ensino superior no ano de 2019, analisando o desempenho dos cursos de Serviço Social. Em um segundo momento, apresentar-se-á um panorama das matrículas dos cursos de Serviço Social entre o início e o fim dos governos a partir de 1995. Cabe salientar que o Governo Bolsonaro ainda está em curso, em todo caso, faremos o levantamento dos dados disponíveis do ano de 2019. Nos dois momentos, destaca-se a natureza jurídica e a modalidade de ensino. O recorte temporal está organizado em períodos que demarcam o início e o fim dos governos Cardoso, Lula, Dilma, Temer e o primeiro ano do Bolsonaro.

Ademais, no sentido de demonstrar a concentração de matrículas pelos conglomerados, lançar-se-á mão dos dados do e-MEC no que tange ao número de vagas disponibilizadas em cursos de Serviço Social pelas principais IES atuantes no Brasil.⁹

⁹ Nesse artigo não analisaremos os microdados disponível pelo INEP. Tais informações serão levantadas, organizadas e analisadas na dissertação de mestrado.

















TRABALHO ALIENADO. DESTRUICAO DA NATUREZA E

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

No período dos dois mandatos do governo Cardoso, segundo estudos realizados por Pereira (2007), ocorreu um processo de expansão dos cursos de Serviço Social em IES privadas com fins lucrativos na modalidade presencial. Tratavase de um avanço da mercantilização da formação em Serviço Social, sendo ratificada pela aprovação da Resolução CNE/CES¹⁰ 15, de 13 de março de 2002. Em contrapartida, a proposta das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) foi descartada pelo CNE. Tal proposta ressaltava a importância da qualidade na formação, do trabalho docente e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão em universidades (ABEPSS, 1996).

Na primeira década do século XXI, a expansão das matrículas nos cursos de Serviço Social ocorre não apenas na modalidade presencial, mas, em especial na modalidade EaD em IES privadas com fins lucrativos. (PEREIRA, 2020). As entidades representativas da profissão se manifestaram, alegando a incompatibilidade e o empobrecimento da formação em Serviço Social com a modalidade EaD.¹¹

De acordo com Pereira (2020), os cursos de Serviço Social na modalidade EaD surgem em 2007, em um contexto favorável à profissão pela implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004 nos 5.570 (cinco mil quinhentos e setenta) municípios do país. Trata-se de um cenário de expansão do campo de trabalho dos assistentes sociais.

Além disso, nesse período, as políticas educacionais expandem o acesso ao ensino superior seja pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado em 2007 no setor público seja pelo PROUNI e pelo FIES no setor privado. Como o curso de Serviço Social na modalidade EaD exige pouco investimento, os conglomerados educacionais do setor privado terão grande interesse em ofertar tal graduação (PEREIRA, 2020).

¹¹ Cf. documento produzido pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social. Ver CFESS (2014).















¹⁰ Conselho Nacional de Educação/ Câmara de Educação Superior (CNE/CES).

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Superior (BRASIL, 2019), o curso de Serviço Social na modalidade EaD ocupa a 6ª posição em número de matrículas, ficando atrás apenas dos cursos de Pedagogia, Administração, Contabilidade, Gestão de Pessoas e Educação Física.

Tabela 1 – 6 maiores cursos de graduação EaD e Presenciais por matrículas - 2019

Cursos de	Matrículas	Cursos de	Matrículas
Graduação EaD		Graduação	
		Presenciais	
1º Pedagogia	515.057	1º Direito	831.304
2º Administração	251.495	2º Administração	386.492
3° Contabilidade	151.110	3° Enfermagem	287.426
4º Gestão de Pessoas	117.913	4º Psicologia	270.239
5° Educação Física	94.842	5° Pedagogia	264.098
6° Serviço Social	86.391	6° Engenharia Civil	255.658
Total de matrículas – 6 maiores cursos de EaD	1.216.808	Total de matrículas – 6 maiores cursos presenciais	2.295.217
% de matrículas – 6 maiores cursos EaD	49,6%	% de matrículas – 6 maiores cursos presenciais	37,2%
Total de matrículas – cursos EaD	2.450.264	Total de matrículas – cursos presenciais	6.153.566

Fonte: Pereira (2020). Dados atualizados pelo autor. Sinopses Estatística da Educação Superior 2019 (INEP/MEC, 2019).

















Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

A tabela demonstra maior concentração de matrículas na modalidade presencial somando 6.153.566, em 2019. O EaD totaliza 2.450.264, mas apresenta massificação de matrículas nos seis principais cursos destacados, representando 49,6% do total de matrículas. Já na modalidade presencial, os seis primeiros cursos somam 37,2% do total ofertado. Como destaca Seki (2021), as matrículas se mostram concentradas nos conglomerados educacionais diante do processo de compra de pequenas e média IES pelo conglomerados educacionais.

No setor privado a principal fonte de transferência de recursos públicos para as IES privadas com fins lucrativos é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Entretanto, de acordo com o Relatório do 3º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2020 (INEP, 2020), os recursos público subsidiados pelo FIES apresentam forte queda. Em 2016, totalizava 12,2 bilhões. "Nos anos seguintes, registrou-se uma importante redução desses gastos, atingindo R\$ 7,9 bilhões em 2017 e R\$ 4,8 bilhões em 2018" (INEP, 2020, p. 397).

A redução dos recursos públicos para o ensino superior privado não significa investimento no ensino público. Em conformidade com Leher (2018), após o golpe de 2016, os portadores de títulos públicos exigem a blindagem dos gastos, que ocorre com a Emenda Constitucional n. 95/2016, congelando os gastos primários por vinte anos. Nesse sentido, atinge diretamente o FIES e, claro, as instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Como destacado pelo autor, as IES privadas com fins lucrativos intensificam ainda mais a expansão do EaD, como forma de barateamento dos custos em detrimento da maximização dos lucros. Isso não quer dizer que os representantes das IES com fins lucrativos não persistam em legalizar o FIES para a modalidade de EaD. pois o financiamento ocorre apenas para estudantes da modalidade presencial. 12

¹² Sobre o FIES: "A expectativa é que em breve o MEC amplie o financiamento e ofereca descontos para os estudantes EAD, uma vez que o formato vem apresentando crescimento significativo no país". Disponível em: < https://blog.unopar.com.br/fies-ead/>. Acesso em 29 ago. 2021. "Em muitos casos, são auxílios financeiros como o FIES que tornam possível o acesso ao ensino superior de estudantes de baixa renda. Quando a intenção é fazer um curso a distância, esta ajuda é ainda mais necessária,















O atual governo segue incentivando a modalidade de EaD como a "solução" para manutenção do ensino superior. O Secretário de Educação Superior do MEC, Wagner Vilas Boas, ¹³ destaca que:

Observamos o crescente número de matrículas em EAD. Isso é muito forte na iniciativa privada. No setor público, atuamos fortemente na educação presencial, mas estamos iniciando um trabalho com representantes de instituições que entendem sobre educação digital para desenvolver políticas de ensino digital para a rede federal. Vamos poder ampliar o ensino a distância e atingir um número maior de estudantes, com a mesma qualidade que temos na educação presencial (BRASIL, 2020).

Os efeitos ocasionados pelo estímulo ao EaD são: as demissões em massa dos professores¹⁴ e a ampliação das lacunas na formação dos discentes, acentuando o abismo socioeconômico e educacional entre as frações das classes sociais.

Nos cursos de Serviço Social esse processo não é diferente, importando investigar quais são os efeitos para o exercício da profissão com o processo de migração de discentes dos cursos presenciais para os cursos ofertados na modalidade de EaD em IES privadas com fins lucrativos.

O gráfico abaixo demonstra o processo de expansão do número de matrículas no EaD no Serviço Social a partir do governo FHC.

OLIVEIRA, Carolina. Universidades particulares demitem professores em massa e lotam salas virtuais. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/09/09/universidades-particulares-demitem-professores-em-massa-e-lotam-salas-virtuais. Acesso em 17 ago. 2021. FENAFAR, Ewerton. Demissão em massa e o estímulo EaD sinalizam desemprego estrutural dos docentes. Sindicato dos Farmaceuticos do Estado do Rio de Janeiro (SINFAERJ). Matéria de 24/07/2020. Disponível em: < https://sinfaerj.org.br/demissao-em-massa-e-o-estimulo-a-modalidade-ead-sinalizam-desemprego-estrutural-dos-docentes/. Acesso em 29 ago 2021.



PROMOTORES













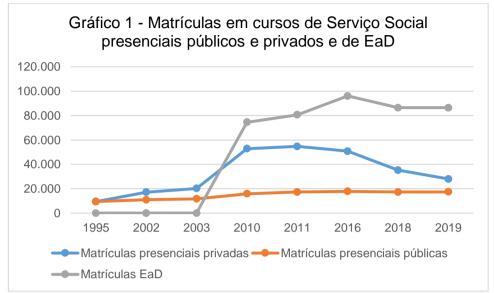
pois a grande maioria dos cursos EAD é oferecida por universidades privadas". Disponível em: https://www.ead.com.br/tem-fies-para-curso-a-distancia. Acesso em 29 ago. 2021.

¹³ Discurso realizado após a divulgação do Censo da Educação Superior de 2019, postado na página oficial (site) do Governo Federal no dia 23 de outubro de 2020. A fala do Secretário está relacionada ao fato do estudo do INEP apresentar o crescimento da modalidade EaD a cada ano no setor privado (BRASIL, 2020).



TRABALH<mark>o alie</mark>nado, Destruição da Natureza e Crise de Hegemonia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie



Fonte: Elaboração por PEREIRA (2020). Atualização pelo Autor. Sinopses Estatísticas da Educação Superior 1995, 2003, 2010, 2011, 2016, 2018 e 2019 (INEP/MEC, 1995, 2002, 2003, 2010, 2011, 2016, 2018 e 2019).

O Serviço Social apresenta uma queda no número de matrículas. Tal fato, requer maior investigação, como salienta Pereira (2020) sobre a queda das matrículas nos cursos de Serviço Social, em especial, no setor privado tanto na modalidade presencial como na EaD. "Seria essa uma tendência nova para o curso de Serviço Social?" (PEREIRA, 2020, p. 99).

De 2016 a 2018, o setor privado presencial em cursos de graduação em Serviço Social cai 31% em número de matrículas. A modalidade de EaD cai 10% no mesmo período. De 2018 a 2019, cai 21% na modalidade presencial no setor privado e se mantém na modalidade EaD.

Ao compararmos com o ensino superior como um todo, o número de matrículas no setor privado presencial cai apenas 4% no período do governo Temer, porém a modalidade de EaD cresce em 37%. No primeiro ano do governo Bolsonaro, há continuidade da queda das matrículas presenciais no setor privado de 6% e aumento de 22% via EaD.

Em concordância com as reflexões de Pereira (2020), compreende-se que a queda das matrículas nos cursos de Servico Social está imbricada à crise econômica.

















TRABALH<mark>o alie</mark>nado, Destruição da Natureza e Crise de <mark>Hegem</mark>onia

Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

social e política do pós-2016. Os aspectos como o desmonte das políticas públicas sociais, a redução dos concursos públicos entre outros efeitos, possivelmente diminuíram o interesse dos discentes pelo curso.

Por meio da plataforma e-mec (BRASIL, 2021) é possível levantar o número de vagas disponíveis pelas principais IES no Brasil. No serviço Social não é diferente, a Anhanguera e a UNOPAR têm disponíveis, respectivamente, 22.800 e 13.00 vagas. A UNIP concentra 73.260 vagas. Para fins de comparação, o número total de matrículas ofertado em 2019 em cursos EaD em Serviço Social foi de 86.391 (INEP, 2019).

De acordo com matéria publicada pela Folha de São Paulo (2018), o Ranking dos conglomerados educacionais trazia, em 2017, a Kroton, atual Cogna Educação, com um total de 841 mil matrículas e uma receita líquida estimada, em R\$ milhões, de 5.380,36. A Estácio somava 441,7 mil matrículas, com uma receita estimada, em R\$ milhões, de 3.379,00. A UNIP totalizava 417,4 mil matrículas, tendo uma estimativa de receita, em R\$ milhões, de 2.418,34.¹⁶

De maneira geral, o aspecto que nos chama atenção é o processo de concentração e centralização do número de matrículas por conglomerados educacionais¹⁷ sob o controle de fundos de investimentos, fundos de pensão, participação de investidores e especuladores que desejam a qualquer custo a valorização do capital (SEKI, 2021).

¹⁷ Do entrelaçamento entre os capitais financeiros (internos e estrangeiros) e as empresas de ensino superior emergiram as gigantescas corporações de ensino na educação brasileira, tais como a Kroton/Cogna, Estácio de Sá, Ser Educacional, Unip, Ânima, Laureate e Cruzeiro do Sul, para citar algumas, que hoje dominam as matrículas no ensino superior (SEKI, 2021, p. 49).















¹⁵ No geral, a Anhanguera e a Unopar somam 2.467.025 de vagas. A Universidade Paulista (UNIP) tem disponível 3.883.080 vagas pelo MEC.

¹⁶ Ranking das dez maiores empresas de ensino superior do país, em 2017. Disponível em: < https://arte.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/17/dez-maiores-do-ensino-superior/>. Matéria de 17/06/2018.

TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E CRISE DE HEGEMONIA Consciência de Classe e Lutas

Sociais na Superação da Barbárie

3 CONCLUSÃO

O processo de aquisição e fusão das IES privadas com fins lucrativos concentrou as matrículas em um punhado de conglomerados altamente lucrativos, tendo o Estado como o mediador fundamental para a valorização do capital. Políticas como o PROUNI e o FIES, contraditoriamente, proporcionam o acesso, mesmo que pelo setor privado, ao ensino superior. Por outro lado, cria-se um mecanismo de repasse dos recursos do fundo público para as frações burguesas interessadas apenas na valorização do capital. De fato, o ensino superior pela via do EaD mostra-se com uma tendência. O momento pandêmico e o governo de extrema direita coadunam em um cenário propício ao aprofundamento da modalidade EaD pelos conglomerados educacionais, ocorrendo forte rebatimento na formação discente e nos níveis de desemprego docente nos cursos de Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (ABEPSS). **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, 1996.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020 [recurso eletrônico]. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

•
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Sinopse Estatística da Educação Superior 1995. [Online]. Brasília: Inep, 1995. Disponível em http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior >. Acesso em: 05 de jan. 2021.
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Sinopse Estatística da Educação Superior 2003. [Online]. Brasília: Inep, 2003. Disponível em http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior >. Acesso em: 05 de jan. 2021.
Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Sinopse Estatística da Educação Superior 2010. [Online]. Brasília: Inep, 2010. Disponível em http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior >. Acesso em: 05 de



ian. 2021.









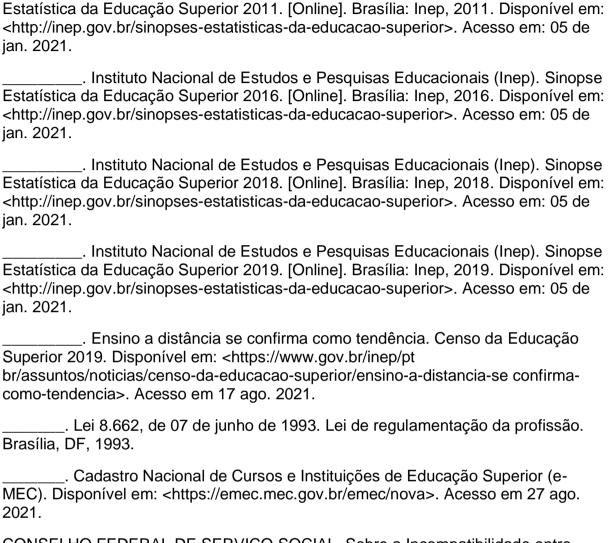




16 A 19 NOV/2021 AMBIENTE VIRTUAL

X Jornada Internacional Políticas Públicas TRABALHO ALIENADO, DESTRUIÇÃO DA NATUREZA E CRISE DE HEGEMONIA Consciência de Classe e Lutas Sociais na Superação da Barbárie

. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Sinopse



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Sobre a Incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social. Brasília: CFESS, 2011. Disponível em: www.cfess.org.br, acesso em 29 ago 2021.

CHESNAIS, François. As dimensões financeiras do impasse do capitalismo. Uma reflexão teórica do atual estágio do capitalismo financeiro a partir das ferramentas conceituais do marxismo. Revista Movimento, São Paulo, n. 8, mar. 2018.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. 5ª ed., São Paulo: Global, 2008.

FOLHA DE SÃO PAULO. Ranking das dez maiores empresas de ensino superior do país, em 2017. Disponível em: <

https://arte.folha.uol.com.br/mercado/2018/06/17/dez-maiores-do-ensino superior/>. Acesso em 29 ago. 2021.















LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais Revista Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.13, n.1, p.9-29, abr. 2021.

LOPES, G; PEREIRA, L.; TELLES, A. Formação em tempos de pandemia: análise das atividades formativas desenvolvidas pelos cursos presenciais de Serviço Social no ano de 2020. Revista Em Pauta, Rio de Janeiro, 2o Semestre de 2021 - v. 19, n. 48, p. 203 – 218.

MARX, Karl. O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. Revista Katálisis. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 268-277/jul./dez. 2009.

VALE, A. A. do; PEREIRA, L. D. (Org.). *O ensino a distância na formação em Serviço Social:* análise de uma década. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2019.

SEKI, Allan Kenji. **Determinações do capital financeiro no ensino superior**: fundo público, regulamentações e formação de oligopólios no Brasil (1990-2018). 2020. 436 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós Graduação em Educação, Florianópolis, 2020.

_____. APONTAMENTOS SOBRE A FINANCEIRIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (1990-2018) Germinal: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v.13, n.1, p.48-71, abr. 2021.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil. Democratização ou massificação mercantil?. Educ. Soc., Dez 2015, vol.36, no.133, p.867-889.

SILVA JR., João dos Reis e SGUISSARDI, Valdemar. Novas Faces da Educação Superior no Brasil: Reforma do Estado e mudança na produção. 2 ed. Bragança Paulista, SP: Cortez Editora, 2001.

SOUZA, J. S. Crise Orgânica do Capital, Recomposição Burguesa e Intensificação da Precariedade do Trabalho Docente: fundamentos sócio-históricos da (des)configuração do trabalho docente. Disponível em: < https://issuu.com/navegandopublicacoes/docs/livro_completo-min__11_>. Acesso em: 27 de ago. 2021.

WORLD BANK. Construir Sociedades de Conocimiento: nuevos desafíos para la Educación Terciaria. Washington: 2003.













